





# As oportunidades da conservação da Mata Atlântica

## Capítulo 10

## As oportunidades da conservação da Mata Atlântica

O cumprimento de qualquer meta de recuperação para a Mata Atlântica<sup>95</sup> só pode ser alcançado se todos os setores

da sociedade fizerem a sua parte. Isso significa que todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal) devem se empenhar em aperfeiçoar as políticas ambientais e garantir que sejam cumpridas. Precisam, urgentemente, criar incen-

<sup>95</sup> Ver Capítulo 6 – Áreas protegidas: O Brasil e a CDB: Meta 2010, pág.117 e 120.



Viveiro de produção de mudas de árvores nativas em Laurentino - SC.



Wigold B. Schaffter

É possível conciliar a produção agropecuária com o cumprimento da lei que trata das APPs e RL e obter alta produtividade.

tivos técnicos e financeiros para que os diversos setores da sociedade possam se engajar em projetos de recuperação de áreas degradadas e conservação dos remanescentes.

Proprietários rurais e empresários precisam se conscientizar da importância de seguir as leis ambientais e investir na recuperação de suas áreas, começando pelas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais despro-

vidas de vegetação nativa. A sociedade civil, seja através da participação em organizações não-governamentais, associações ou simplesmente como cidadãos, deve se engajar em projetos de recuperação e de reivindicação, não esquecendo de exercer seu papel de fiscal do cumprimento das metas de recuperação. À comunidade científica, seja em universidades e institutos de pesquisa, cabe desenvolver e difundir técnicas

que possam facilitar, baratear e garantir a qualidade dos projetos de recuperação e conservação.

Conforme lembra Gustavo Fonseca, diretor de Recursos Naturais do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility - GEF), a Mata Atlântica tem características

que favorecem que os papéis de cada setor sejam exercidos: “Ao contrário da maioria das áreas de florestas tropicais ameaçadas, para a Mata Atlântica existem pessoal qualificado, organizações estáveis e capazes e um arcabouço legal sendo implementado por instituições públicas estabelecidas.



Miriam Prochnow

A educação ambiental serve para conscientizar as novas gerações sobre a importância da preservação do Meio Ambiente. Agrolândia – SC.



A pesquisa científica é importante para gerar conhecimento sobre a fauna e flora.  
Dr. Vitor Becker (Camacã - BA) – Pesquisador de mariposas com o maior acervo do Brasil.

O aproveitamento desse ativo em práticas sustentáveis requer o estabelecimento de um amplo processo de diálogo entre os diversos setores que se beneficiam dos serviços ambientais prestados pela Mata Atlântica. Esse esforço cooperativo deve reunir pessoas de todas as áreas empenhadas como profissionais e indivíduos na solução de uma equação que envolve desenvolvimento socioeconômico e estabilidade ambiental.<sup>96</sup>

<sup>96</sup> Em Sementes do Diálogo – Registros da Primeira Fase do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica 2005-2007, Instituto Bioatlântica, Rio de Janeiro/2008.



Quando bem planejados, os plantios florestais de espécies exóticas são compatíveis com a manutenção das APPs e RL. Sul da Bahia.

## O EXEMPLO DE BOA NOVA

Às vezes, uma iniciativa de conservação ambiental pode ser o desencadeador de todo um processo de mudança social em um local, motivando a participação de diversos setores da sociedade e modificando a relação da população com a natureza ao seu redor. Um bom exemplo é Boa Nova, uma pequena cidade do sul da Bahia, em uma área de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica, onde parte dos fogões ainda é abastecida com lenha, retirada das matas da região.

Boa Nova começou a prestar atenção ao meio ambiente há cerca de quatro anos quando a Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (Save Brasil), uma organização não-governamental filiada à *BirdLife International* e com sede em São Paulo, incluiu o município em seu Programa de Áreas Importantes para a Conservação das Aves (do inglês *Important Bird Areas* – IBAs), por abrigar mais de 300 espécies de aves, dez delas globalmente ameaçadas de extinção. Entre essas aves está o gravatazeiro (*Rhopornis ardesiacus*), um passarinho comum na mata de cipó (floresta estacional decidual) que só existe em Boa Nova e da qual só restam 2,6% da área original.

A partir daí, o gravatazeiro passou a fazer parte da vida da cidade, virou nome de time de futebol, tema de trabalho dos artistas locais e do projeto de ecodesenvolvimento municipal. Muitas gaiolas e armas de caçadores foram aposentadas e a retirada de madeira passou a ser combatida. Os moradores passaram a reparar na mata e a perceber o quanto ela era rica.

Desde então, projetos práticos começaram a ser desenvolvidos nas escolas, como a limpeza geral do entorno das escolas, com a



Edson Ribeiro Luiz

Gravatazeiro macho (*Rhopornis ardesiacus*).

venda do material recolhido em Vitória da Conquista, onde há empresas de reciclagem. Os moradores perceberam, também, que a diminuição da disponibilidade de água em seus rios era fruto do desmatamento das matas ciliares. Um projeto desenvolvido pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) trabalha na educação ambiental de proprietários e agricultores e está recuperando as nascentes da região e construiu um viveiro, com as primeiras mudas doadas por empresas da região. Em parceria com a Prefeitura de Boa Nova, uma exposição itinerante nas escolas mostra como é feita a captação e tratamento da água e a importância da manutenção das matas.

No rastro dessa diversidade de papéis, algumas oportunidades têm sido colocadas para facilitar e reconhecer os esforços que vêm sendo realizados em prol da recuperação da Mata Atlântica. Entre eles, há vários programas governamentais, incentivos fiscais, como o ICMS Ecológico, o surgimento ou valorização de muitas atividades econômicas que propiciam ou são voltadas para a conservação ambiental e até prêmios para as melhores iniciativas. No capítulo 11 (Banco de ideias sustentáveis)<sup>97</sup> são relatadas várias experiências de sucesso.

Uma das instituições pioneiras na área de incentivos para a Mata Atlântica, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza apoia desde 1990 projetos de conservação realizados por terceiros, beneficiando assim diversas instituições de pesquisa, ensino e gestão de áreas protegidas no Brasil. Foram financiadas 1.146 iniciativas, em todas as regiões e biomas do País. Desse total, mais de 400 projetos foram realizados na Mata Atlântica, o que corresponde a aproximadamente 35% do total. Além de apoiar ações conservacionistas de terceiros, a Fundação estabeleceu ainda um Programa de Áreas Naturais Protegidas. Este programa tem como objetivo incentivar a conservação de terras privadas, monitorar unidades de conservação públicas e criar uma rede própria de

reservas naturais privadas. Atualmente, mantém duas áreas protegidas. Uma delas, a Reserva Natural Salto Morato, em Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, é de Mata Atlântica.

Outra linha de incentivos vinda de organizações não-governamentais é o da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, parceria entre a Conservação Internacional (CI), Fundação SOS Mata Atlântica e *The Nature Conservancy* (TNC), voltada para a criação e gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que desde 2003, investiu cerca de R\$ 1,2 milhão, que resultaram na criação de cerca de 100 RPPNs.<sup>98</sup>

Em 2006, a Fundação SOS Mata Atlântica lançou outro programa de incentivos, agora voltado para a conservação das Zonas Costeiras e Marinha na região da Mata Atlântica. O programa é formado por dois fundos de fomento, um deles com objetivo de apoiar projetos de criação e consolidação de unidades de conservação marinhas. O primeiro edital foi lançado em 2007, com R\$ 180 mil doados pela iniciativa privada distribuídos em cinco projetos em Fernando de Noronha, Rio de Janeiro, Bahia, na divisa entre Ceará e Piauí e no litoral sul do estado de São Paulo. Em 2008, foram disponibilizados mais R\$ 200 mil para projetos de criação e consolidação de unidades de conservação marinhas.

<sup>97</sup> Pág. 355.

<sup>98</sup> Ver Capítulo 6 – Áreas protegidas, pág. 120 e 122.

Um dos setores que historicamente foi associado à destruição da Mata Atlântica é a silvicultura, destinada principalmente à produção de papel e celulose. Atualmente, a área ocupada pela atividade no Brasil é de cerca de 5,5 milhões de hectares, o equivalente a 0,6% do território brasileiro ou a 11 vezes o Distrito Federal. Por muito tempo, esse setor econômico e as organizações ambientalistas estiveram em lados opostos e, com exceção de colaborações em ações pontuais, viviam de críticas mútuas e conflitos aparentemente insolúveis.

Para promover o entendimento e a colaboração entre esses grupos em nível mundial, organismos como o Banco Mundial, o *World Resources Institute* (WRI) e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável conceberam os Diálogos Florestais, uma série de fóruns internacionais que, desde 1997, reúne os setores envolvidos em questões-chave para o manejo florestal sustentável e a recuperação de ecossistemas ameaçados.

No Brasil, o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica, que atualmente também atua no Pampa e no Cerrado, envolveu desde 2005 as principais indústrias do setor da silvicultura<sup>\*\*</sup> e organizações não-governamentais<sup>\*\*\*</sup>. Nos primeiros três anos de diálogo, o grupo conseguiu estabelecer diretrizes para o fomento florestal e a abertura das empresas para considerar seus investimentos futuros

sob novas e modernas condicionantes socioambientais, por meio do ordenamento territorial.

Estima-se que, dentro de dez anos, mais de 30% dos plantios homogêneos que abastecem as fábricas de papel e celulose estarão localizados em propriedades rurais cujos donos não são as próprias empresas. Para dar conta desse cenário, as empresas assumiram o compromisso de repassar aos fomentados diretrizes e boas práticas socioambientais construídas conjuntamente por técnicos de organizações ambientalistas e empresas. O compromisso já é praticado no sul e extremo sul da Bahia, principal pólo de silvicultura para papel e celulose do país, representando um grande avanço em termos de preservação de remanescentes e formação de corredores ecológicos. Recentemente essas mesmas diretrizes foram aprovadas pelas empresas que participam do Fórum Regional do Paraná e Santa Catarina.

O Diálogo Florestal conta hoje com a participação de cerca de 360 pessoas, envolvidas em um Fórum Nacional, um Conselho de Coordenação, uma Secretaria Executiva e sete Fóruns Regionais. Além dos temas já mencionados, o Diálogo está discutindo também a relação entre florestas plantadas, água e biodiversidade e a questão das áreas protegidas particulares, como fator fundamental na conservação.

\* Mais informações: <http://www.dialogoflorestal.org.br>

\*\* Cenibra, Fibria Klabin, Masisa, Norske Skog Pisa, Rigesa, Stora Enso, Suzano, Veracel, LERF - Esalq/USP, Embrapa Florestas, IPEF, Bracelpa, Sociedade Brasileira de Silvicultura, Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais.

\*\*\* Amda, Apoena, Apremavi, Conservação Internacional, Ecoar, Flora Brasil, Floresta Viva, Fundação Biodiversitas, Fundação SOS Mata Atlântica, Imaflora, Instituto BioAtlântica, Instituto Ecofuturo, Ipê, Ipema, Rede de Ongs da Mata Atlântica, Reserva da Biosfera, SPVS, TNC, WWF.



Plantio de eucalipto com manutenção e recuperação das APPs e RL, no sul da Bahia.



O Diálogo Florestal reúne organizações ambientalistas e empresas do setor da silvicultura em busca do manejo florestal sustentável e da recuperação de ecossistemas.

## Programas governamentais

As ações do governo federal voltadas para proteção da Mata Atlântica estão concentradas no Ministério do Meio Ambiente, onde se destacam várias iniciativas visando o aperfeiçoamento da legislação, instituição de projetos e programas para apoiar ações de conservação e recuperação da vegetação nativa e ampliação do nível de parcerias e participação das instituições da sociedade civil. A seguir, estão relacionadas algumas dessas iniciativas:

**FNMA** - Um dos programas pioneiros no apoio a ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica é o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)<sup>99</sup>, criado em 1989 pela Lei nº 7.797, e que, desde então, já apoiou centenas de projetos descentralizados na Mata Atlântica e também nos demais biomas brasileiros.

**PDA/PPG7** – Em 1992, o governo brasileiro incluiu a Mata Atlântica no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), financiado pelo grupo dos

sete países mais ricos do Planeta. Iniciado efetivamente em 1995, o Programa Piloto teve maior foco na Amazônia, mas parte dos recursos do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) foi para a Mata Atlântica. Em sua primeira fase, o PDA apoiou 47 projetos descentralizados na Mata Atlântica, executados por organizações da sociedade, investindo um total aproximado de 6 milhões de dólares do subprograma e 3,2 milhões de dólares de contrapartida dos executores. Esses projetos geraram importantes resultados e lições de conservação e recuperação e também o fortalecimento institucional das organizações executoras, com aumento da capacidade executora de projetos pela sociedade civil. O governo alemão, através do Banco KfW é o principal doador do PDA, que conta ainda com a cooperação técnica da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

Em 2005, o PDA iniciou o componente específico “Ações de Conservação na Mata Atlântica – PDA – Mata Atlântica”<sup>100</sup> com financiamento do Governo da Alemanha através do KfW Bankengruppe da ordem de R\$ 43 milhões. Esse componen-

<sup>99</sup> Mais informações: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=1>

<sup>100</sup> Mais informações: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=51>



O Ministério do Meio Ambiente promove ações e programas de proteção e preservação dos ecossistemas e da biodiversidade brasileira.



O ecoturismo e o turismo de aventura são grandes oportunidades de geração de renda possibilitadas pela conservação dos ecossistemas naturais e das belezas cênicas.



A promoção do conhecimento científico e de técnicas e métodos de uso sustentável dos recursos naturais fazem parte dos projetos e programas apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente.

te fomentou mais de 100 projetos de âmbito local e regional e vários projetos de âmbito nacional. Uma importante inovação foi o estabelecimento de linhas temáticas estratégicas, contemplando a criação, implantação, planos de manejo e capacitação em gestão participativa de unidades de conservação, a recuperação de áreas degradadas, o ecoturismo, o monitoramento da cobertura vegetal nativa, a geração de conhecimentos em redes e a divulgação da importância da Mata Atlântica. Os resultados dos projetos e as lições aprendidas pelo PDA foram utilizados na elaboração do Programa Nacional de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

das pelo PDA foram utilizados na elaboração do Programa Nacional de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

**PROJETO MATA ATLÂNTICA** – Iniciado em 2004, com apoio financeiro do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), através do Banco Mundial e cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), teve como objetivo apoiar ações de planejamento, implementação e

acompanhamento das políticas para a Mata Atlântica em nível nacional, através do Ministério do Meio Ambiente.

O Projeto Mata Atlântica, finalizado em 2008, contribuiu para importantes avanços na conservação e recuperação da Mata Atlântica, dentre os quais destacam-se: a) a aprovação da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 – Lei da Mata Atlântica; b) a publicação do Decreto nº 6.660, de 24 de novembro de 2008; c) a elaboração e publicação pelo IBGE do “Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428, de 2006”; d) aprovação pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) de resoluções que regulamentam os estágios sucessionais de formações florestais em Minas Gerais e Paraíba.

A Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, tem como principal objetivo preservar os remanescentes da Mata Atlântica no país e criar meios para a sua recuperação em regiões onde hoje está praticamente extinta. Regula a conservação, proteção, regeneração e utilização não apenas dos remanescentes primários, mas também nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração. O Decreto nº 6.660, de 2008, regulamenta a lei e estabelece os procedimentos necessários para se promover a intervenção ou uso sustentável nos remanescentes de vegetação nativa. Já o “Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428, de 2006”, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contempla as configurações originais das formações florestais e ecossistemas associados, bem como os enclaves florestais e brejos de altitude interioranos que integram a Mata Atlântica.

## Programas estaduais

No âmbito dos estados, uma das principais iniciativas são os projetos de conservação da Mata Atlântica desenvolvidos pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que contam com a cooperação financeira e técnica do governo da Alemanha, através do Banco KfW e da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ). Esses projetos, cujo foco principal é a implantação e consolidação de unidades de conservação estaduais e o monitoramento e fiscalização dessas unidades e do seu entorno, já resultaram em mais de 80 novas áreas protegidas, totalizando dois milhões de hectares. Mas, além deles, há outras iniciativas regionais de recuperação e conservação na maior parte dos estados da Mata Atlântica.<sup>101</sup>

Entre as ações dos projetos bilaterais nos seis estados estão:

**MINAS GERAIS** – O Projeto de Proteção da Mata Atlântica (ProMata) cobriu aproximadamente 140.000 km<sup>2</sup>, distribuído em 429 municípios. Esta área corresponde a 25% do território do estado e engloba 15 unidades de conservação e seus entornos, totalizando perto de 422 mil ha de áreas protegidas. Um novo aporte de recursos ampliará a atuação do

Por intermédio do Projeto Mata Atlântica também foram realizados estudos técnicos que respaldaram a criação de nove unidades de conservação na Mata Atlântica e ampliação de uma Reserva Biológica, são elas: Parque Nacional das Araucárias, com 12.839 hectares (ha), em Santa Catarina; Estação Ecológica da Mata Preta, com 6.533 ha, em Santa Catarina; Reserva Biológica das Perobas, com 8.176 ha, no Paraná; Parque Nacional de Campos Gerais, com 21.373 ha, no Paraná; Reserva Biológica das Araucárias, com 14.900 ha, no Paraná; Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas, com 16.582 ha, no Paraná; Reserva Extrativista de Canavieiras, com 100.000 ha, na Bahia; Reserva Extrativista de Cassurubá, com 100.000 ha, na Bahia; Refúgio de Vida Silvestre de Una, com 23.400 ha, na Bahia; Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, com 894 ha, na Bahia; e, ampliação da Reserva Biológica de Una, de 7.100 para 18.500 ha, na Bahia.

**PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS** – Voltado para o desenvolvimento de ações de proteção e recuperação dos remanescentes da Mata Atlântica do Sul da Bahia e do Espírito Santo, envolve uma parceria do governo federal, governos estaduais e organizações da sociedade civil desses estados. O projeto tem como principais ações a proteção e implementação de unidades de conservação, desenvolvimento de novos modelos de uso e ocupação do solo no entorno das unidades de conservação, incentivo ao ecoturismo e criação e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

projeto a novas áreas e unidades de conservação e ampliaria o escopo temático na Fase II do ProMata a partir de 2009.

**SANTA CATARINA** – O Projeto de Proteção da Mata Atlântica no estado teve como objetivo central consolidar e fortalecer as unidades de conservação estaduais, assim como criar incentivos para o uso sustentável dos recursos naturais nos municípios onde elas estão localizadas. As ações propostas envolvem seis unidades de conservação em 23 municípios.<sup>102</sup>

**SÃO PAULO** – O Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) de São Paulo contemplou 14 unidades de conservação e criou um sistema de gestão para a Mata Atlântica, através de um banco de dados digital e georreferenciado, para mais de 23.000 km<sup>2</sup> de extensão. Foram realizados também os planos de manejo para 10 unidades de conservação e constituídos 17 conselhos de gestão de UCs.

<sup>101</sup> Ver exemplos de projetos no Capítulo 11 – Banco de ideias sustentáveis, pág. 355.

<sup>102</sup> No âmbito do projeto foi elaborada a proposta que resultou na aprovação de um Código Ambiental para Santa Catarina o qual flexibiliza a legislação ambiental, diminuindo a proteção de margens de rios e nascentes, e também o loteamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, do qual parte foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA), uma categoria de menor proteção. Mais informações: <http://www.planetaverde.org/mudancasclimaticas/index.php?ling=por&principal=2&cont=noticias&cod=519>

**PARANÁ** – O Pró-Atlântica consolidou a gestão e o controle ambiental em parte da Mata Atlântica do Paraná, alcançando uma área de aproximadamente 11.000 km<sup>2</sup>, incluindo a Serra do Mar, a planície costeira e o Vale do Ribeira, incluindo 15 municípios e quatro unidades de conservação.

**RIO GRANDE DO SUL** – Neste estado, o projeto de cooperação beneficia 11 unidades de conservação, incluindo seis estaduais, três municipais e duas federais, em 28 municípios, totalizando 13.000 km<sup>2</sup>. O Sistema de Informação Geográfica

(SIG) incluirá cerca de 23.000 km<sup>2</sup>, incluindo as áreas de entorno das unidades de conservação.

**RIO DE JANEIRO** – O projeto de Preservação da Mata Atlântica do Rio de Janeiro (PPMA) apoiou 11 unidades de conservação estaduais, totalizando cerca de 126.000 ha, em 27 municípios. Os investimentos para ações de combate ao fogo e fiscalização incluíram a aquisição de veículos, equipamentos e treinamento em GPS para o trabalho em uma plataforma de SIG.

## Incentivos Fiscais

### ICMS Ecológico

O artigo 158 da Constituição Federal brasileira torna possível o ICMS Ecológico ao permitir que os estados definam em legislação específica, parte dos critérios para o repasse de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que os municípios têm direito. A denominação ICMS Ecológico é dada quando os critérios focam temas ambientais.

O primeiro estado a adotar o ICMS Ecológico foi o Paraná, em 1991, a partir da aliança do estado e de municípios, que consideravam suas economias prejudicadas pela restrição de uso causada pela necessidade de cuidar dos mananciais de abastecimento para municípios vizinhos e pela existência de unidades de conservação. Criado como uma forma de “compensação”, o ICMS Ecológico transformou-se, ao longo do tempo, também em instrumento de incentivo, direto e indireto, à conservação ambiental, representando uma promissora alternativa na composição dos instrumentos necessários à execução das políticas de conservação da biodiversidade.

Embora com formatações diferentes, o ICMS Ecológico atua para a composição dos percentuais a que os municípios

têm direito a receber do ICMS arrecadado. No Paraná, por exemplo, esta composição se fundamenta em duas dimensões: uma quantitativa e outra qualitativa. A quantitativa leva em conta a superfície da área protegida na relação com a superfície total do município onde estiver contida. Esta relação é corrigida por um multiplicador que caracteriza o nível de restrição de uso da área protegida. A qualitativa considera, além de aspectos relacionados à existência de espécies da flora e da fauna, insumos necessários disponibilizados à área protegida, visando à manutenção e melhoria do seu processo de gestão. As áreas protegidas consideradas para efeito de cálculo são: unidades de conservação, terras indígenas, áreas de preservação permanente e reserva legal.

O ICMS Ecológico está presente em nove dos 17 estados abrangidos pela Mata Atlântica: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Rio de Janeiro. Está em tramitação na Assembleia Legislativa no Piauí, em Sergipe e em Goiás. Faltam os estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraíba e Santa Catarina.

## CONSERVAÇÃO NO COMPLEXO DE ILHA GRANDE

Um exemplo significativo da contribuição do ICMS Ecológico para a conservação pode ser observado na criação e manutenção de um conjunto de unidades de conservação na região do antigo Parque Nacional das Sete Quedas, apagado do mapa com a inundação do Lago de Itaipu. A principal delas é o Parque Nacional da Ilha Grande, constituído por ilhas e ilhotas fluviais, no último trecho livre de represamento do Rio Paraná.

A sua preservação é uma longa luta dos ambientalistas do noroeste paranaense. Com a criação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e da Estação Ecológica da Ilha Grande, em 1994, as agressões ao arquipélago e áreas adjacentes diminuíram, trazendo um novo perfil ambiental e um melhor equilíbrio

para este ecossistema. Em 1995, os municípios começaram a receber ICMS Ecológico para preservação da área; com esse recurso desenvolveram-se inúmeras atividades de proteção do arquipélago, tais como monitoramento das APAs, zoneamento ecológico, convênios para fiscalização, educação e conscientização da população, entre outros.

Visando à proteção da área, foi decretada, em 1997, a criação do Parque Nacional de Ilha Grande, com 78.875 ha, e a APA Federal do Noroeste do Paraná com 1.003.059 ha, consolidando as medidas de proteção deste arquipélago com característica única.

## Isenção de ITR

Muitos proprietários rurais que possuem Área de Preservação Permanente e Reserva Legal preservadas ou mesmo outras áreas de floresta em suas terras costumam reclamar o fato de pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) sobre essas áreas. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), porém, a lei garante a dedução do ITR em até 100% da propriedade, se estiver localizada dentro de área de Mata Atlântica e coberta por vegetação nativa, primária ou secundária em estágio médio ou avançado de regeneração. Para ter direito à dedução no imposto, o proprietário precisa fazer, pela Internet, no site do Ibama ([www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)), o Ato Declaratório Ambiental (ADA) e solicitar o desconto na declaração de ITR.

Embora seja obrigatório para pessoas jurídicas e físicas que possuam imóvel rural com área igual ou superior a 500 ha, na região Norte, ou 100 ha, se estiver nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, a declaração pode ser feita por qualquer proprietário que possua Área de Preservação Permanente, Reserva Legal, Reserva Particular

do Patrimônio Natural (RPPN), área de Servidão Ambiental e áreas de Declarado Interesse Ecológico (como por exemplo, áreas que estão declaradas como unidades de conservação, contenham restrições de uso por motivos ambientais ou sejam comprovadamente inviáveis para a atividade rural).

Dentro desses critérios, estão as áreas preservadas na Mata Atlântica, cobertas por florestas nativas, primárias ou secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração. Essas áreas devem ser declaradas no ADA como Áreas de Declarado Interesse Ecológico (AIE) e têm direito à isenção do ITR. Assim como na Declaração do Imposto de Renda, as informações do ADA poderão ser checadas a qualquer momento pelo poder público. Para fazer o ato declaratório, o proprietário rural deve procurar, no site do Ibama, os serviços on-line (no lado esquerdo da página) e preencher o cadastro do Ibama. Recebe, então, uma senha por e-mail, com a qual pode entrar no sistema ADAweb, e acessar o formulário com as respectivas instruções de preenchimento.



Wigold B. Scheffer

As Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal nos imóveis rurais são isentas de Imposto Territorial Rural.

## PRÊMIOS PARA QUEM AJUDA A MATA ATLÂNTICA

As atividades e projetos que colaboram para a proteção da Mata Atlântica podem ainda resultar em prêmios com bastante visibilidade, como o Muriqui, entregue anualmente pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CN-RBMA). Esses prêmios são importantes por divulgarem ações concretas e estimular que sejam replicadas. A seguir, uma amostra das premiações voltadas para esta área:

**PRÊMIO MURIQUI** – Tem o objetivo de incentivar ações que contribuam para a conservação da biodiversidade, o fomento e divulgação dos conhecimentos tradicional e científico e a promoção do desenvolvimento sustentável na área da Mata Atlântica. Criado em 1993 pelo CN-RBMA, é constituído de uma estatueta de bronze representando um Muriqui, animal símbolo da Mata Atlântica, e um diploma. São premiadas, anualmente, uma pessoa física e uma entidade pública ou privada – nacionais ou internacionais -, que tenham se destacado por atividades em benefício da Mata Atlântica.

**Saiba Mais:** [www.rbma.org.br/rbma/rbma\\_4\\_premio\\_muriqui.asp](http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_4_premio_muriqui.asp)

**PRÊMIO AMIGO DA MATA ATLÂNTICA** – Anualmente, a Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica (RMA) destaca e homenageia pessoas que contribuíram para a proteção, preservação e recuperação da Mata Atlântica. Foi instituído em 1998, para se contrapor ao Prêmio Motosserra, também da RMA, que aponta os vilões que mais contribuem para a destruição da Mata Atlântica.

**Saiba Mais:** [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)

**PRÊMIO VON MARTIUS DE SUSTENTABILIDADE** – Outorgado anualmente, foi criado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Alemanha com o objetivo de divulgar e reforçar o compromisso da Alemanha e das empresas alemãs com o desenvolvimento sustentável. Reconhece o mérito de iniciativas de empresas, do poder público, de indivíduos e da sociedade civil que promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural com respeito socioambiental. Não é exclusivo para a Mata Atlântica, mas já premiou muitas iniciativas voltadas à sua conservação ou recuperação.

**Saiba Mais:** [www.premiovonmartius.com.br](http://www.premiovonmartius.com.br)

**PRÊMIO EXPRESSÃO DE ECOLOGIA** – Criado em 1993, pela editora Expressão, de Florianópolis (Santa Catarina), o prêmio tem o objetivo de divulgar esforços de empresas e instituições no sentido de diminuir os impactos da poluição no meio ambiente e contribuir para a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento da consciência ambiental. É anual e aberto a empresas, instituições, organizações não-governamentais e entidades de classe instaladas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul.

**Saiba Mais:** [www.expressao.com.br/ecologia](http://www.expressao.com.br/ecologia)

**PRÊMIO DE REPORTAGEM SOBRE BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA** – Elege os melhores trabalhos jornalísticos veiculados em canais de televisão, revistas e jornais. É uma iniciativa da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, em parceria com as ONGs Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica.

**Saiba Mais:** [www.premioreportagem.org.br](http://www.premioreportagem.org.br)

**CONCURSO SOS MATA ATLÂNTICA DE FOTOGRAFIA** – Realizado anualmente, tem por objetivo fazer as pessoas enxergarem que podem, e devem, viver em harmonia com a Mata Atlântica. Podem se inscrever fotógrafos profissionais ou amadores, retratando os recursos naturais da Mata Atlântica: paisagens preservadas ou áreas degradadas, plantas e árvores, aves e outros animais, a interação do homem com a mata e outros ambientes.

**Saiba Mais:** [www.sosma.org.br/hotsitefotos](http://www.sosma.org.br/hotsitefotos)